

# O falhanço de Portugal na Europa e o Interior

**Clemente Pedro Nunes**  
Professor do Instituto Superior Técnico



Quando Portugal entrou na União Europeia em 1 de Janeiro de 1986, os portugueses esperavam vir a ter um prolongado período de desenvolvimento económico e social, em especial os do Interior que iriam beneficiar de grandes financiamentos europeus destinados aos Programas de Coesão Territorial.

É hoje claro que desde o ano 2000 a participação de Portugal na União Europeia se saldou, em termos económicos, por um rotundo falhanço.

Apesar de ter recebido da Europa, desde o início deste século, apoios financeiros da ordem dos 120 mil milhões de euros, Portugal praticamente estagnou, registando um crescimento económico residual, da ordem dos 0,3% ao ano.

Em vez de fomentar o investimento gerador de empregos sustentáveis no setor dos bens

transaccionáveis, deu-se prioridade a um programa de obras públicas faraónico e ao apoio prioritário aos setores protegidos da economia, a começar pelo setor elétrico em que se concederam FIT-Feed In Tariffs a 6.000 MW de potências intermitentes, a preços delirantes e por prazos muito prolongados.

Por isso, os consumidores portugueses vão estar amarrados até 2032 a um Sistema Elétrico ruinoso, em que são obrigados a pagar 380 Euros/MWh de potências fotovoltaicas intermitentes, quando o preço de mercado é de apenas 40 Euros/MWh. Para além de terem às costas uma Dívida Tarifária que está nos 3.000 milhões de euros, o que é uma ameaça de subidas futuras ainda mais gravosas do preço da eletricidade.

Com esta falta de estratégia económica, o Governo Sócrates acabou por pedir o auxílio da Troika, em Maio de 2011, para evitar a bancarrota iminente.

Apesar do enorme esforço feito pelos trabalhadores e empresários portugueses dos setores transaccionáveis, o país continua a arrastar-se a reboque duma política económica que penaliza quem tem que competir em mercado aberto.

É confrangedor vermos que na União Europeia estamos a ser ultrapassados sucessivamente por quase todos os restantes países, em

termos de rendimento per capita.

Países como a Polónia e a Hungria que, aquando da queda do comunismo em 1990, tinham um rendimento de apenas um terço do nosso, estão agora a ultrapassar-nos!

E internamente é inadmissível verificarmos como a chuva de milhares de milhões de euros lançados pela Europa para “ajudar a desenvolver as regiões mais desfavorecidas do nosso país” se tenham saldado por uma cada vez maior desertificação económica e social das regiões rurais do Interior Norte e Centro.

O símbolo mais doloroso desse desastre de planeamento da utilização dos recursos que foram postos pela União Europeia à disposição do governo português, foi a tragédia humana provocada pelos fogos rurais de 2017. Quando mais de 120 portugueses morreram queimados, e se assistiu à ruína de centenas de empresas e propriedades.

Para que valeu tanto dinheiro europeu desperdiçado em “obras de fachada”?

Para que vale receber subsídios para o Interior, se depois o Governo não os utiliza para facilitar a vida económica dos pequenos proprietários agro-florestais e se, pelo contrário, os massacra com coimas para os obrigar a desperdiçar dinheiro em “limpezas de terreno” verdadeiramente contraproducentes?

Numa altura em que se anuncia uma nova “chuva de milhões europeus”, é fundamental que estes não sirvam apenas para prolongar este nosso desastroso falhanço na Europa.

Um dos elementos fundamentais para a recuperação de Portugal é que o Interior rural receba finalmente os meios de que necessita para melhor poder utilizar os excedentes de biomassa para produzir energia renovável e, em simultâneo, lutar contra a propagação de fogos florestais.

Assim o exige uma democracia de qualidade.



**Numa altura em que se anuncia uma nova “chuva de milhões europeus”, é fundamental que estes não sirvam apenas para prolongar este nosso desastroso falhanço na Europa.**